



SAÚDE MENTAL E ABSENTEÍSMO NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE DO IMPACTO NA SEGURANÇA PÚBLICA

Glenda Martins Monteconrado¹

 <http://lattes.cnpq.br/2335369142350884>


 <https://orcid.org/0009-0002-6044-6859>


Gisele de Almeida Nascimento²

 <http://lattes.cnpq.br/6718522744209371>


 <https://orcid.org/0009-0006-9380-8384>

Patrícia Cristina Alves Maffioletti³

 <http://lattes.cnpq.br/0225645459770912>

 <https://orcid.org/0009-0009-0930-8531>

Alcirene Maria da Silva Cursino⁴

 <http://lattes.cnpq.br/2230131687476437>

 <https://orcid.org/0009-0006-3693-0500>

Resumo

O aumento significativo de licenças psicológicas/psiquiátricas na Polícia Militar do Amazonas - PMAM destaca a necessidade de abordar os fatores que afetam a saúde mental dos policiais. O objetivo deste estudo foi analisar a relação entre saúde mental e absenteísmo na PMAM e seu impacto na segurança pública do estado. Isso se justifica pela grande necessidade de enfrentamento da crise de saúde mental entre policiais, que gera altos índices de absenteísmo, sobrecarrega o efetivo no policiamento, reduz a capacidade de resposta e aumenta os custos, o que ameaça a efetividade constitucional da instituição. A metodologia adotou uma abordagem qualitativa e quantitativa, com revisão sistemática de artigos (periódicos CAPES, 2020-2025) e análise documental de dados da Junta Médica da Polícia Militar do Amazonas-PMAM (2019-2024), utilizando descritores como "saúde mental", "absenteísmo", "trabalho policial" e "polícia militar". Artigos revisados por pares em português e inglês foram incluídos e complementados com buscas adicionais. Os resultados revelaram um crescimento exponencial no número de casos de licenças por saúde mental, com aumento de 411% (de 309 casos em 2019 para 1.581 em 2024), pico durante a pandemia de 775 casos nos anos entre

¹ Mestranda do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: gmonteconrado@gmail.com

² Mestranda do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: gi.almeida1402@gmail.com

³ Mestranda do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: patriciamaffioletti@gmail.com

⁴ Pós-doutora em Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, vice coordenadora e docente do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: acursino@uea.edu.br

SAÚDE MENTAL E ABSENTEÍSMO NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE DO IMPACTO NA SEGURANÇA PÚBLICA

2020-2021, e novo aumento em 2024 (93% maior que em 2023 que foram de 819 licenças). Impacto operacional significativo: em 2024, 20,83% da força de trabalho (1.581 policiais) estavam afastados, com custo estimado de R\$ 47,4 milhões por ano, considerando salário médio de R\$ 30.000 mil reais/ano, sopesando hierarquia e distribuição do efetivo. Concluiu-se que a PMAM enfrenta uma crise estrutural de saúde mental, agravada pela pandemia e por fatores endógenos, demandando políticas prioritárias de suporte clínico e reestruturação organizacional para resguardar a segurança pública.

Palavras-chave: Saúde Mental; Absenteísmo; Polícia Militar; Segurança Pública; Amazonas.

Abstract

The significant increase in psychological/psychiatric leave within the Military Police of Amazonas (PMAM) highlights the need to address the factors affecting officers' mental health. This study aimed to analyze the relationship between mental health and absenteeism in PMAM and its impact on the state's public security. The relevance of this research lies in the urgent need to confront the mental health crisis among police officers, which results in high absenteeism rates, operational overload, reduced response capacity, and increased costs—thereby threatening the institution's constitutional effectiveness. A mixed-methods approach was adopted, combining qualitative and quantitative analyses, including a systematic review of academic articles (CAPES journals, 2020–2025) and documentary analysis of data from the PMAM Medical Board (2019–2024). Descriptors such as "mental health," "absenteeism," "police work," and "military police" were used. Peer-reviewed articles in Portuguese and English were included, supplemented by additional searches. The results revealed an exponential increase in mental health-related leaves, with a 411% rise (from 309 cases in 2019 to 1,581 in 2024), a pandemic-related peak of 775 cases between 2020 and 2021, and a new surge in 2024 - 93% higher than the 819 leaves recorded in 2023. The operational impact was considerable: in 2024, 20.83% of the workforce (1,581 officers) were on leave, with an estimated annual cost of R\$ 47.4 million, based on an average annual salary of R\$ 30,000, accounting for rank and distribution. It is concluded that PMAM faces a structural mental health crisis, worsened by the pandemic and internal factors, requiring urgent clinical support policies and organizational restructuring to safeguard public security.

Keywords: Mental Health; Absenteeism; Military Police, Public Security, Amazon.

Introdução

A Polícia Militar é parte integrante do sistema de segurança pública, instituída pela Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF 88, Art. 144, V), devendo atuar na linha de frente para manter a ordem pública, garantir a segurança das pessoas, do patrimônio e combater a criminalidade. No estado do Amazonas, os policiais militares lidam com cenários complexos de violência urbana e rural, como facções criminosas, biopirataria, grilagem de terras, tráfico de drogas, roubos, homicídios, entre outros, o que evidencia a necessidade de um olhar voltado para a saúde mental e bem-estar, considerando que são profissionais suscetíveis ao adoecimento psíquico, que pode desencadear inúmeras patologias como estresse crônico, transtornos de ansiedade, depressão, síndrome de *burnout* e acometer ao suicídio.

SAÚDE MENTAL E ABSENTEÍSMO NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE DO IMPACTO NA SEGURANÇA PÚBLICA

O absenteísmo – entendido como ausências repetidas e prolongadas ao trabalho, especialmente por motivos de saúde (Chiavenato, 2014) – constitui um sério desafio para a gestão da Polícia Militar do Amazonas - PMAM. Esse fenômeno, frequentemente associado a condições precárias de saúde mental, gera uma série de consequências operacionais, como sobrecarga de trabalho para os policiais em exercício, desorganização da escala de serviço do efetivo, redução da capacidade de resposta às ocorrências e aumento dos custos operacionais relacionados a horas extras e substituições.

A relação entre saúde mental precária e aumento do absenteísmo na Polícia Militar é uma questão complexa e multifacetada que requer análise aprofundada, pois fatores organizacionais (como cultura institucional, apoio da gestão e condições de trabalho), operacionais (exposição à violência, turnos/plantões exaustivos e falta de recursos) e individuais (resiliência e redes de apoio) interagem dinamicamente para influenciar tanto o surgimento de doenças mentais quanto o consequente aumento de licenças, prejudicando a capacidade operacional da PMAM, podendo enfraquecer a presença do Estado e a sensação de segurança da sociedade amazônica.

Diante desse cenário, o problema central desta pesquisa articula-se na seguinte indagação: Como o crescimento de licenças psicológicas/psiquiátricas de policiais militares compromete a eficácia da Segurança Pública do estado do Amazonas?

Neste contexto, desenvolveu-se a presente pesquisa com o objetivo de investigar a relação entre a saúde mental dos policiais militares do estado do Amazonas e as taxas de absenteísmo na corporação, examinando como essa relação impacta na eficácia da segurança pública no estado. Buscou-se identificar os principais fatores de risco psicossociais no ambiente de trabalho da PMAM, entender como as condições de saúde mental afetam as licenças médicas e outras formas de ausência, bem como auditar as consequências práticas desse problema na disponibilidade operacional, na cobertura territorial e nos índices da segurança pública. Este estudo se justifica pelo fornecimento de subsídios científicos voltados para políticas internas mais eficazes na promoção da saúde mental e gestão do absenteísmo, visando o fortalecimento da PMAM como instituição essencial para a garantia da ordem e segurança dos cidadãos do estado do Amazonas.

Metodologia

O presente estudo utilizou uma metodologia de pesquisa qualitativa, realizando uma análise bibliográfica-documental por meio da revisão sistemática de artigos, dissertações, documentos oficiais governamentais estaduais e ainda o registro de dados internos da Junta Médica da PMAM, que forneceu uma planilha estatística de números de afastamentos psicológicos e psiquiátricos de policiais militares nos anos de 2019 a 2024. A análise temática serviu para a interpretação dos dados coletados, para a busca de padrões e significados na elucidação da complexa interação entre saúde mental, absenteísmo e eficácia da segurança pública. Esta abordagem se fundamenta, pois para Gil (1999), a pesquisa bibliográfica consiste em possibilitar ao pesquisador cobrir uma gama de fenômenos muito mais vasta do que poderia diretamente pesquisar.

SAÚDE MENTAL E ABSENTEÍSMO NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE DO IMPACTO NA SEGURANÇA PÚBLICA

Os trabalhos foram selecionados por intermédio do cruzamento dos descritores "saúde mental" AND "absenteísmo" AND "trabalho policial" AND "polícia militar", disponíveis nos periódicos da CAPES. O critério de inclusão dos artigos considerou a princípio o ano de publicação no período entre 2020-2025, artigos disponíveis no idioma português e revisados por pares. Os trabalhos que não atendiam as quatro questões de interesse foram desconsiderados ou descartados. Dada a escassez de materiais encontrados por meio da busca inicial, foram realizados novos levantamentos na internet, utilizando os mesmos descritores, com acréscimo ao final do termo "PDF", sem exclusão temporal, incluindo artigos escritos na língua inglesa. Tais estudos demonstraram a necessidade de mais investigações científicas sobre o absenteísmo policial, principalmente no contexto amazônico.

Sobre os aspectos éticos, a pesquisa utilizou dados quantitativos institucionais agregados da Junta Médica da PMAM, sem identificar policiais individualmente, preservando o anonimato e a confidencialidade. Este estudo não utilizou casos específicos ou situações sensíveis, com respeito à privacidade. Por não ter envolvido intervenção humana direta, mas análise bibliográfica e documental, dispensou aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa, conforme padrões para estudos com dados secundários públicos e não identificáveis.

Saúde Mental: uma crise silenciosa na Segurança Pública

Que todos os seres humanos possam perceber que somos a vida da Terra, que interdependemos de todos os seres, que não há nada pelo que matar ou morrer, mas sim pelo que viver e partilhar (Roshi; Heishin, 2018, p. 83).

Conforme as Diretrizes de Saúde Mental no Trabalho (WHO, 2022), cerca de 15% dos adultos em idade ativa podem apresentar algum problema de saúde mental ao longo de suas vidas, como o transtorno depressivo e os transtornos de ansiedade, que são mais frequentes. Destaca-se que, embora garantias de permanência no trabalho sejam importantes para a recuperação plena, pessoas com problemas de saúde mental severos continuam a ser demitidas, em grande parte em razão do seu adoecimento.

A Convenção sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho - OIT Nº 155, inciso e) assevera que "o termo "saúde", em relação ao trabalho, abrange não somente a ausência de afecções ou doenças, mas também aspectos físicos e mentais que afetam a saúde e que estejam relacionados diretamente com a segurança e a higiene no trabalho.

Neste aspecto, Costa *et al.* (2007, p. 217) destacam que os policiais estão entre os profissionais mais vulneráveis ao estresse e, pelas características da atividade policial, são fortes candidatos ao Burnout, que

[...] se caracteriza por apresentar sintomas e sinais de exaustão física, psíquica e emocional que decorrem de uma má adaptação do indivíduo a um trabalho prolongado e com uma grande carga de tensão. O termo serve para designar um estágio mais acentuado do estresse, que atinge profissionais cujas atividades exigem um alto grau de contato interpessoal, a exemplo dos policiais, enfermeiros e assistentes sociais, entre outros.

O estresse laboral para profissionais da segurança pública é um elemento inerente à função policial, abrangendo desde as exigências institucionais pela eficiência, passando pelo risco alto e constante, pela possibilidade diária do enfrentamento de violência extrema nas ocorrências e pela exposição frequente a situações sensíveis, exigindo do policial o domínio de suas emoções e a resposta rápida em emergências, mesmo que não esteja bem, ou preparado psicologicamente para enfrentar tais situações.

Por conseguinte, Minayo (2006) menciona que no campo da saúde o conceito de risco é fundamental, já que a epidemiologia o considera como uma probabilidade. No entanto, para os policiais, o “risco epidemiológico” é percebido nos confrontos armados, onde correm o risco de vida, descrevendo dessa forma que a realidade do trabalho policial se fundamenta intrinsecamente por meio das concepções epidemiológica, sociológica e antropológica.

Costa *et al.* (2023) aduz que o sonho de ser aprovado em um concurso público para a Polícia Militar é almejado por muitos. Que no início os policiais aprovados esbanjam saúde, tanto física quanto mental, no entanto, com o tempo e experienciando diversas situações de vulnerabilidade e risco extremo, sem a continuidade das avaliações psicopatológicas institucionais, acabam adoecendo psiquicamente, atingindo desde profissionais no início de carreira até os que se encaminham para a reserva, sem distinção de setor, função, patente, gênero ou idade.

O assédio moral também se faz presente nas corporações militares, propagando o adoecimento psíquico do policial, renegando a vítima a um processo degradante de despersonalização e coisificação, cuja exclusão social acarreta em sua exclusão enquanto sujeito (Oliveira, 2021). Ele surge na forma de humilhação, vinculada ao comportamento de violência psicológica, originando - se, principalmente, da chefia imediata, cujo objetivo final é diminuir, constranger, humilhar e desqualificar, podendo gerar o sentimento de fracasso, a necessidade de isolamento, depressão e aumento do risco de suicídio (Oliveira; Anjos, 2024).

Embora o sofrimento psíquico dos policiais brasileiros tenha tomado espaço na mídia, a saúde mental desses profissionais continua sendo negligenciada pela gestão pública. No Estado do Rio de Janeiro, (assim como em outros estados da federação), por décadas foram priorizados investimentos materiais em detrimento de políticas de valorização humana, ora relegadas pelas agendas do estado, dando lugar à invisibilidade da necessidade de prevenção de doenças mentais dos agentes de segurança (Miranda, 2016).

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) denunciam que os casos de suicídio de policiais dos Estados Unidos estão relacionados com a alta exposição ao estresse e ao trauma, e os fatores ocupacionais estão entre as condições sensíveis a esses fatores. Em 2023, no Brasil, o autoextermínio dos policiais chegou a superar a morte em confrontos fora e dentro do serviço (apesar das subnotificações). Nesse contexto, o estado do Amazonas também alcançou destaque do ano de 2022 para 2023 com o aumento de 300% de suicídios de policiais.

Impede destacar, que, em face a um número crescente de profissionais da segurança pública adoecidos psiquicamente, ainda imperam estigmas e a dificuldade em pedir ajuda,

SAÚDE MENTAL E ABSENTEÍSMO NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE DO IMPACTO NA SEGURANÇA PÚBLICA

A cristalização da ideia de “policial herói”, comumente nomeado de “superior ao tempo”, diz respeito à produção, no imaginário, tanto popular quanto profissional, de que antes de “ser ou estar”, um policial precisa “parecer ser ou parecer estar” investido de habilidades incríveis [...] desautorizado a demonstrar fraqueza, cansaço ou esgotamento laboral. Assim, a cultura de naturalização de situações estressantes, à medida que fortalece o tabu que envolve o assunto da saúde mental policial, pode favorecer a invisibilidade do trauma, oportunizando o aprofundamento dos sintomas do adoecimento mental dos policiais. Uma vez que a ausência de identificação do problema impede seu reconhecimento pelo indivíduo ou por parte de terceiros, a necessária busca por ajuda e tratamento adequado são desconsiderados (FBSP, 2024, p. 54).

Assim, entender as razões e consequências do absenteísmo na Polícia Militar do Amazonas é necessário para que seja traçado um cenário que amplie ações de políticas públicas eficazes em saúde do trabalhador, a fim de que a Segurança Pública seja integralizada como um direito social, empregado no comprometimento com o cuidado do policial desde o seu ingresso até a pós-aposentadoria, para que tais ações reflitam na eficiência esperada, caso contrário, restará à população somente reatividade por parte dos policiais (FBSP, 2023).

Absenteísmo e o Impacto Operacional por Saúde Mental na PMAM

Ser suscetível é constatar que somos vulneráveis. E, quando sentimos de forma gritante a constatação de que não temos o controle das situações, tampouco daquilo que nos acontece, identificamos a vulnerabilidade como ponto de partida do processo de morrência. Esse berço é um lugar muito desorganizado onde o descanso não é possível, nem permitido (Fukumitsu, 2022, p. 24).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde e Organização das Nações Unidas (OMS; WHO, 2022), os dados de custos do absenteísmo mundial são alarmantes. Anualmente, estima-se uma perda de cerca de doze bilhões de dias de trabalho, devido a problemas de produtividade relacionados à depressão e à ansiedade, o que traz um alto custo à economia mundial de aproximadamente um trilhão de dólares por ano.

No tocante à segurança pública, o absenteísmo dos policiais militares impacta diretamente a sociedade, prejudicando o policiamento e, em consequência, elevando as taxas de criminalidade e atingindo a confiança da população em relação ao trabalho executado pela polícia.

Embora nesta pesquisa não tenham sido encontrados dados oficiais do impacto orçamentário relacionados ao absenteísmo na PMAM, presume-se que suas repercussões sejam acentuadas, considerando que os custos decorrentes da dotação orçamentária específica consubstanciada no orçamento do Poder Executivo (Lei nº 7.445 de 24 de abril de 2025 e o reajuste acumulado de 9,41% que foi anunciado para 2024/2025), quanto à remuneração para servidores da Polícia Militar, variam de R\$ 2.985,51 para um Aluno Soldado, até R\$ 35.383,85 para um Coronel, que é a patente mais alta da corporação (ANEXO I - Tabela de Remuneração, a partir de 21 de abril de 2025), conforme Lei promulgada.

SAÚDE MENTAL E ABSENTEÍSMO NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE DO IMPACTO NA SEGURANÇA PÚBLICA

A Polícia Militar do Amazonas, desde sua criação em dia 04 de abril de 1837, desempenha um papel importante na preservação da ordem pública e do meio ambiente do Estado do Amazonas. O Planejamento Estratégico 2023-2032 da PMAM (2023), denota que suas ações estão ancoradas nas premissas inerentes aos valores dos direitos humanos, tendo como objetivos específicos fomentar as ações de valorização e qualidade de vida dos profissionais da ativa e reserva, buscando ampliar e desenvolver ações de saúde, da qualidade de vida e ampliar a motivação, a qualificação e a valorização policial.

Diante dessas premissas, a PMAM possui um grande desafio perante as crescentes Licenças de policiais para Tratamento de Saúde – LTS, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 – Quantidade de Licenças Concedidas (2019/2024)

| Ano | Quantidade | Policiais ativos |
|------|------------|------------------|
| 2019 | 309 | 7.844 |
| 2020 | 609 | 7.589 |
| 2021 | 775 | 8.070 |
| 2022 | 757 | 7.962 |
| 2023 | 819 | 7.844 |
| 2024 | 1581 | 7.589 |

Fonte: Junta Ordinária de Inspeção de Saúde – JOIS (2025); Anuário de Estatística (2025)

Observa-se nos dados fornecidos pela Diretoria de Saúde – Junta Ordinária de Inspeção de Saúde – JOIS da PMAM, que houve um crescimento significativo da demanda por licenças⁵ relacionadas a transtornos psicológicos/psiquiátricos no decorrer dos anos, sinalizando um desafio urgente para a saúde ocupacional e a gestão de pessoas na instituição.

Destaca-se na Figura 1 o dobro de licenças na transição dos anos de 2019 para 2021, período pandêmico da Covid-19, em que, segundo Costa *et al.* (2023), a Polícia Militar desempenhou um papel fundamental no combate à criminalidade e manutenção da ordem pública, se desdobrando para atuar diretamente na fiscalização da aplicação de tais medidas governamentais de segurança. No entanto, frisa-se que devido à configuração basilar do trabalho policial, a tais servidores não foi possibilitado que realizassem suas atividades longe do enfrentamento da doença e tampouco dos males psicológicos que causou.

Apesar das informações da Figura 1 não contemplarem dados referentes à idade, gênero, patente, graduação, unidade de serviço, CID-10, tempo de afastamento total no ano, citamos como subsídio uma pesquisa recente, intitulada “Saúde e Absenteísmo na Polícia Militar do Amazonas - Um Estudo Transversal” (Galvão *et al.*, 2025), em que a amostra foi constituída por policiais militares atendidos na Junta Médica da PMAM entre os anos de 2021 e 2022, tendo como critério de inclusão: ser policial ativo do quadro da PMAM, com

⁵ A licença médica se configura por um período de afastamento laboral, motivado em caso de doença ou acidente do trabalhador, amparado por meio da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

SAÚDE MENTAL E ABSENTEÍSMO NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE DO IMPACTO NA SEGURANÇA PÚBLICA

pelo menos um afastamento encaminhado à Junta Médica no ano do estudo.

Quanto aos resultados, foram analisados 1.628 prontuários no período de agosto/2021 a agosto/2022, com 366 policiais do sexo feminino e 1.262 policiais do sexo masculino. Como a pesquisa ocorreu ainda em período pandêmico, contou com (3,68%) afastamentos decorrentes da Covid-19. Conforme a Figura 2, dentre todas as motivações, os transtornos mentais e comportamentais foram as principais causas do absenteísmo (24,44%).

Figura 2 - Principais causas de afastamento

| PRINCIPAIS CAUSAS DE AFASTAMENTO | Nº de casos | % |
|--|-------------|------------|
| Transtornos mentais e comportamentais | 398 | 24,44 |
| Doenças do tecido musculoesquelético e do tecido conjuntivo | 314 | 19,28 |
| Causa externas, como lesões e envenenamento | 272 | 16,7 |
| Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde | 165 | 10,13 |
| Doenças infecciosas e parasitárias | 112 | 6,87 |
| Doenças do sistema respiratório | 88 | 5,4 |
| Outras causas | 279 | 17,13 |
| Total | 1628 | 100 |

Fonte: Galvão *et al.*, 2025, p. 4.

Dentre os afastados, na Figura 3 observa-se prevalência na faixa etária de 31-40 anos (49,69%), sexo masculino (77,51%), com patente majoritariamente composta por praças (82,49%).

Figura 3 - Faixa etária, sexo e patente

| Faixa etária | (N) Casos | % |
|--------------------|-------------|------------|
| < 30 | 74 | 4,54 |
| 31-40 | 809 | 49,69 |
| 41-50 | 602 | 36,97 |
| 51-60 | 140 | 8,59 |
| > 61 | 3 | 0,18 |
| Total geral | 1628 | 100 |
| Sexo | (N) Casos | % |
| F | 366 | 22,48 |
| M | 1262 | 77,51 |
| Total geral | 1628 | 100 |
| Patente | (N) Casos | % |
| Oficial | 285 | 17,5 |
| Praça | 1343 | 82,49 |
| Total geral | 1628 | 100 |

Fonte: Galvão *et al.*, 2025, p. 5.

Quanto às licenças motivadas por doenças psiquiátricas, (foco de nossa investigação), os maiores índices apresentados foram de episódios depressivo leve e grave (31,18%), transtorno de pânico (17,31%) e transtornos ansiosos (16,83%), seguidos pelos transtornos misto ansioso e depressivo (7,92%), transtorno afetivo bipolar (6,68%), reações ao “stress” e transtornos de adaptação (5,94%) (Figura 4).

Figura 4 - Principais transtornos mentais que motivaram afastamento

SAÚDE MENTAL E ABSENTEÍSMO NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE DO IMPACTO NA SEGURANÇA PÚBLICA

| DOENÇAS PSIQUIÁTRICAS | Nº de casos | % |
|--|-------------|------------|
| Episódios depressivo leve-grave | 126 | 31,18 |
| Transtorno de pânico (ansiedade paroxística episódica) | 70 | 17,32 |
| Transtornos ansiosos | 68 | 16,83 |
| Transtornos misto ansioso e depressivo | 32 | 7,92 |
| Transtorno afetivo bipolar | 27 | 6,68 |
| Reações ao “stress” e transtornos de adaptação | 24 | 5,94 |
| Outras causas | 57 | 14,1 |
| Total | 398 | 100 |

Fonte: Galvão *et al.*, 2025, p. 5.

A pesquisa de Galvão *et al.* (2025) fornece dados epidemiológicos robustos sobre o perfil de absenteísmo na PMAM, validando estatisticamente sua correlação com a saúde mental, o que corrobora com os dados já apresentados (Figura 01), assim como elucida o problema central deste estudo. Essas evidências empíricas fundamentam políticas integradas ao evidenciar que ações pontuais são insuficientes, e reforçam que investir na saúde mental policial não é apenas uma questão laboral, mas condição indispensável para a eficácia da segurança pública no Amazonas.

Ressalta-se finalmente que os policiais, enquanto agentes que desempenham a função profissional de zelar pela segurança pública, são atores fundamentais tanto na produção da letalidade existente, quanto na reversão desses índices negativos e na constituição de uma nova institucionalidade. Por conseguinte, uma resposta efetiva das organizações policiais em relação à população, deve passar, necessariamente, pela valorização desse agente de segurança, buscando dar atenção a seus problemas institucionais e pessoais e na melhoria de suas condições de trabalho (Minayo, 2006).

Resultados e discussões

Os gráficos demonstrados da Junta Ordinária de Inspeção de Saúde da PMAM (ver Figura 1) apontam um aumento expressivo nas licenças para tratamento psicológico e psiquiátrico (LTS) concedidas aos policiais militares do Amazonas no período de 2019 a 2021, passando de 309 em 2019 para 775 em 2021. Em 2022, observa-se uma leve queda para 757, seguida de um novo aumento em 2023 para 819 licenças. O dado de 2024 chama a atenção, pois mostra um salto significativo para 1.581 licenças, quase o dobro do ano anterior.

Observando-se o quadro geral nesse período de 05 (cinco) anos – de 2019 até 2024, em termos de porcentagem, registra-se um aumento de (411%), subindo de 309 para 1581 pedidos. O crescimento divide-se em duas partes: o primeiro em 2020, coincidindo com o começo da pandemia. Em seguida, entre os anos de 2021 e 2023, gira em torno de 783 casos por ano e oscila pouco, menos de (8,2%). O ano de 2024, no entanto, marca um novo recorde, 1.581 afastamentos - quantitativo que já soma mais que os três primeiros anos da análise e cresce (93%) em relação a 2023.

Essa situação demonstra que o problema é multifacetado e complexo, não se restringindo a uma única causa. O aumento de 2020 a 2021 espelha os impactos da Covid-19: isolamento, medo e carga de trabalho elevada, que tensionaram a saúde mental de muitos policiais. O pico de 2024, por sua vez,

sugere efeitos pós-pandêmicos mais profundos, como a fadiga prolongada por estresse acumulado e demandas de saúde mental que, possivelmente, não foram tratadas durante o período mais agudo da pandemia e foram diagnosticadas tardiamente. A pequena queda de 2022 (-2,3%) pode indicar uma estabilização temporária, um efeito passageiro de ações de suporte ou, quem sabe, um período de subnotificação durante o retorno à normalidade, mas o aumento subsequente em 2023 e o salto em 2024 sugerem que essa queda foi pontual.

De acordo com o Anuário de Estatísticas da Segurança Pública do Amazonas, cujo lançamento ocorreu em 2025, a corporação contava, no ano de 2024, com 7.589 policiais militares na atividade. Logo, as 1.581 licenças concedidas em 2024 correspondem a cerca de (20,83%) do quadro, déficit que já afeta a eficiência do serviço. O impacto financeiro é alto, estimado em R\$ 47,4 milhões, calculado com base no valor médio anual de R\$ 30.000 mil reais por soldado afastado, conforme dados de remuneração constantes na Lei nº 7.445, de 24 de abril de 2025.

Cabe frisar, porém, que as informações aqui utilizadas trazem limitações sérias, como a possível subnotificação de ocorrências leves e a falta de dados sobre epidemiologia (CID-10), características demográficas (gênero, idade), patente, graduação, unidade de serviço e tempo de afastamento total por ano, dificultando uma análise mais aprofundada e com riqueza de detalhes sobre o tema.

Diante dos dados analisados, a tendência geral é de crescimento no número de licenças para tratamento de saúde por transtornos psicológicos/psiquiátricos ao longo dos anos, indicando um aumento da demanda ou reconhecimento destes transtornos na população atendida pela Junta Médica da PMAM. Isso reflete alguns possíveis aspectos, como: maior conscientização e diagnóstico de transtornos mentais entre servidores; potencial aumento dos fatores estressores ou condições que afetam a saúde mental, como pressões laborais, sociais ou ambientais; e melhoria nos processos de avaliação e concessão das licenças, facilitando o acesso ao tratamento.

Com efeito, conclui-se que os números apontam para uma crise estrutural de saúde mental dentro da PMAM, agravada pela pandemia, mas cujas raízes também são internas. O pico observado em 2024 indica a necessidade premente de reconfigurar as ações preventivas e, a longo prazo, promover uma reestruturação institucional, apontando que se a curva continuar nessa direção, pode ser aumentado o risco emergencial de saúde pública no seio da corporação.

Considerações finais

A saúde mental dos agentes de segurança pública, especialmente entre os membros da Polícia Militar do Amazonas – PMAM, tornou-se um tema de grande relevância e demanda por atenção, tanto para as ciências sociais aplicadas, quanto para a saúde coletiva. As frequentes licenças motivadas por depressão, transtorno de pânico, ansiedade, dentre outros, são uma barreira institucional, que acaba subtraindo a economia disponível, sobrecarregando o sistema e prejudicando a capacidade operacional da corporação. Este estudo evidenciou um aumento de 411% das licenças para tratamento de saúde por

transtornos psicológicos/psiquiátricos no período de 2019 a 2024, apontando para a necessidade de reforço nas políticas de saúde mental, além do fomento de estratégias para redução dos prejuízos na capacidade laboral da PMAM. O salto em 2024, com impacto financeiro estimado em R\$ 47,4 milhões, merece atenção especial para entender suas causas e subsidiar estratégias para um plano integrado de saúde e gestão operacional de pessoas.

Tais achados indicam a urgência do fortalecimento das políticas institucionais de saúde mental com ênfase em ações preventivas, suporte psicológico e psiquiátrico contínuo, e gestão estratégica de recursos humanos. Embora a pesquisa traga informações relevantes sobre o tema, algumas limitações obstaram uma análise mais aprofundada, como a ausência de dados epidemiológicos (CID-10), demográficos (gênero, idade), patente, graduação, unidade de serviço e tempo de afastamento total por ano. Contudo, ao agregar resultados de um estudo correlato, alcançou-se robustez quanto à validação estatística da relação entre o absenteísmo e as licenças motivadas por agravos na saúde mental dos policiais.

Ainda assim, a importância desta pesquisa se dá pelo aprofundamento de publicações e discussões científicas sobre o tema, servindo na busca de padrões e significados da complexa interação entre saúde mental, absenteísmo e desempenho institucional na segurança pública, fornecendo subsídios científicos voltados para políticas internas e à promoção da saúde mental, visando o fortalecimento da PMAM enquanto instituição angular para a manutenção da ordem pública do Amazonas.

Diante dos achados supracitados, sugere-se a realização de estudos futuros para mapear os fatores psicossociais associados ao adoecimento mental nas forças policiais e que analisem os efeitos organizacionais e sociais do afastamento do trabalho. Com base no que já foi publicado e nas particularidades da Amazônia, são recomendadas novas rotas de investigação: uma delas é comparar unidades distintas da Polícia Militar do Amazonas para entender como o local de serviço, se urbano ou rural, e a própria estrutura da unidade afeta os índices de licenças e o bem-estar psicológico dos policiais. Esses estudos podem apontar elementos presentes na própria comunidade que, de algum modo, ou agravem, ou aliviem as dificuldades que os policiais enfrentam no dia a dia.

Ademais, verificar os impactos de serviços de apoio psicológico que sejam constantes e de fácil acesso, focando em praças que atuam em setores de risco extremo, poderá oferecer evidências empíricas do impacto de políticas de prevenção ao desgaste mental, comparações entre forças de segurança que dispõem desse suporte e aquelas que ainda não implementaram, também são relevantes para fins de avaliação.

Propõe-se também pesquisas qualitativas com profissionais que foram afastados por problemas de saúde mental, a fim de aprofundar a compreensão sobre o que vivenciaram. Outrossim, entrevistas, grupos focais e estudos de caso são métodos de coleta de pesquisa que podem ajudar a captar as sutilezas emocionais, sociais e institucionais que muitas vezes escapam a números e gráficos, restritos aos dados de afastamento por laudos psicológicos/psiquiátricos.

Por fim, indica-se o estudo de uma área ainda pouco explorada, relacionada ao papel do estigma da saúde mental dentro das corporações

SAÚDE MENTAL E ABSENTEÍSMO NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE DO IMPACTO NA SEGURANÇA PÚBLICA

militares. O preconceito e a cultura institucional que interferem na busca por ajuda ou na aceitação do diagnóstico parecem ser uma barreira interna para evitar a prevenção e o tratamento correto. Bem como, são necessários estudos comparativos em âmbito interestadual e internacional, com base nas políticas públicas e práticas institucionais mais eficazes e com foco nas intervenções direcionadas à promoção da saúde mental.

Dessarte, as investigações ora propostas visam, também, expandir o conhecimento científico sobre os temas da saúde mental e do absenteísmo policial. Além dos benefícios supratranscritos, os achados de futuras pesquisas, amparadas em evidências robustas, poderão embasar a formulação de políticas públicas mais eficazes, para a promoção da saúde do profissional de segurança pública quanto ao cuidado contínuo e diário da saúde mental e das condições salariais e de trabalho dignas, objetivando a minimização dos impactos econômicos e sociais causados pelos afastamentos por transtornos mentais.

Referências

AMAZONAS (Estado). **Lei nº 7.445, de 24 de abril de 2025**. Altera, na forma que especifica, a remuneração dos policiais e bombeiros militares, constante da Lei nº 3.725, de 19 de março de 2012, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 24 abr. 2025. Disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2025/13902/7445.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

AMAZONAS. Polícia Militar. **Planejamento Estratégico 2023 – 2032**. Emerson Figueiredo de Barros (org.). Assessoria da 6ª sessão de Estado Maior, 2023. Disponível em: <https://pubhtml5.com/pwpcd/btdu/PLANEJAMENTO ESTRATEGICO 2023-2032/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 14724**: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. 4ª edição, 2024.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho** – CLT e normas correlatas. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 189 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf. Acesso em: 21 jun. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. **Convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT. CONVENÇÃO Nº 155**
CONVENÇÃO SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE DOS TRABALHADORES
E O MEIO AMBIENTE DE TRABALHO
(Adotada em Genebra, em 22 de junho de 1981). Disponível em: https://www.trt2.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_155.html. Acesso em: 15 jun. 2025.

SAÚDE MENTAL E ABSENTEÍSMO NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE DO IMPACTO NA SEGURANÇA PÚBLICA

CHIAVENATO, I. **Administração de Recursos Humanos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

COSTA, F. E. R.; OLIVEIRA, H. C. de O.; FÉLIX, P. K. de A. F.; ZACARON, S. S. **Saúde Mental em Tempos de Pandemia**: Um Estudo Sobre o Afastamento do Trabalho Militar. *Revista Ciências da Saúde*, Volume 27 – Edição 121/ABR 2023 (06/04/2023). Registro DOI: 10.5281/zenodo.7806258. Disponível em: <https://revistaft.com.br/saude-mental-em-tempos-de-pandemia-um-estudo-sobre-o-afastamento-do-trabalho-militar/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

COSTA, M.; JÚNIOR, H. A.; OLIVEIRA, J.; MAIA, E. **Estresse**: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. *Rev Panam Salud Publica*. 2007; 21(4):217–22. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rpsp/v21n4/04.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario2023.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2025.

FUKUMITSU, K. O. **Saúde Existencial**. EducaDores em busca dos recomeços de uma pura vida. São Paulo: Edições Loyola, 2022.

GALVÃO, A. C. S.; RODRIGUES, S. N.; RIBEIRO, L. de S.; QUEIROZ, M. M.; PIERRE, E. K. T. P.; CARVALHO, G. V. S. de.; GALVÃO, V. S.; REBELLO, R. T.; AGUIAR, A. L. N.; ALMEIDA, ALMEIDA, C. M. O. de. **Saúde e Absenteísmo na Polícia Militar do Amazonas** - Um Estudo Transversal. ISSN: 2178-7514. Vol. 17, N. 1, Ano 2025. Disponível em: <https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/2678/1948>. Acesso em: 15 jun. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MELLO, C. M. de A.; AGUIAR FILHO, R. B. de; CAVALCANTE, D. C. GO. (Org.) **Anuário de Estatística**: a segurança pública do Amazonas em números. Manaus, AM: Editora Acadêmica da Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15215161>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MINAYO, M. C. de S. **Estudo Comparativo sobre Riscos Profissionais, Segurança e Saúde Ocupacional dos Policiais Cíveis e Militares do Rio de Janeiro**. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Relatório Final - Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública, 2006. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2148/1/estudos-comparativo-sobre-riscos.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MIRANDA, Dayse (Org.). **Por que os policiais se matam?** Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016. 148 p.; 24 cm. ISBN 978-85-65679-37-4. Disponível em: <https://lav-uerj.org/wp-content/uploads/2020/06/Por-que-Policiais-se-matam.pdf>.

SAÚDE MENTAL E ABSENTEÍSMO NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE DO IMPACTO NA SEGURANÇA PÚBLICA

Acesso em: 15 jun. 2025.

OLIVEIRA, I. da S. **Assédio Moral nas Forças Armadas**: luta por reconhecimento e crítica social. Dissertação - Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos – PPGSP. Manaus, 2021. Disponível em: <https://pos.uea.edu.br/data/area/dicente/download/177-6.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

OLIVEIRA, N. F. de.; ANJOS, A. C. da S. E. **Assédio Moral no Trabalho de Policiais Militares Femininas**: Definindo o Perfil das Vítimas. Revista Contemporânea, v. 4, n. 1. ISSN 2447-0961. DOI: 10.56083/RCV4N1-211, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2167/2414>. Acesso em 08 jun. 2025.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **OMS e OIT publicam novas diretrizes sobre saúde mental no trabalho**. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/201450-oms-e-oit-publicam-novas-diretrizes-sobre-sa%C3%BAdede-mental-no-trabalho>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ROSHI, M. C.; HEISHIN, M. A necessidade da plena atenção na vida e na morte. In: FUKUMITSU, K. O. (org.). **Vida, morte e luto**. Atualidades Brasileiras – São Paulo: Summus, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Guidelines on mental health at work**. Guidline, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240053052>. Acesso em: 06 jun. 2025.

*Recebido em: 10/10/2025
Aprovado em: 28/10/2025
Publicado em: 31/10/2025*